



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP

PSI

nº 198 • Outubro | Novembro | Dezembro • 2021

PSICOLOGIA

EM MOVIMENTO

SEGUNDO ANO DE PANDEMIA



A Psicologia é para
todo mundo
E se faz com Direitos Humanos!

CONGRESSO
NACIONAL DA
PSICOLOGIA

Etapas regionais do
11º CNP debatem os rumos
da Psicologia no Brasil



ÉTICA | AMPLIAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA E DAS MEDIAÇÕES

COTIDIANO | MUDANÇAS E REORGANIZAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

PERSPECTIVA DA USUÁRIA | ANA MARQUES LEVA A QUESTÃO DA SURDEZ PARA A APAF

JORNAL PSI 40 ANOS | PRIMEIRA DÉCADA, CONSTRUÇÕES E MEMÓRIAS

ARTIGO | PRÁTICA DA PSICOTERAPIA FEITA POR PSICÓLOGAS/OS

CAPA | PSICOLOGIA EM MOVIMENTO E SEGUNDO ANO DE PANDEMIA

UM DIA NA VIDA | EXPERIÊNCIAS NO ATENDIMENTO DE PESSOAS SOCIALMENTE VULNERABILIZADAS

VACINA | IMUNIZAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA E DA PSICOLOGIA

ASSEMBLEIA ORDINÁRIA | MAIORIA VOTA PELA MANUTENÇÃO DA ANUIDADE

ORIENTAÇÃO | CRP SP ORIENTA TRAZ DIRETRIZES E REFERENCIAIS PARA AS/OS PSICÓLOGAS/OS

SUBSEDES | DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO DOS TERRITÓRIOS NO 11º CNP

CREPOP 15 ANOS | REFERÊNCIAS PARA ATUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

ESTANTE | DA LITERATURA À PSICOLOGIA

4

7

10

12

14

16

20

23

25

26

28

30

31



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP

psi

Publicação do Conselho Regional
de Psicologia de São Paulo,
CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidenta: Ivani Francisco de Oliveira (CRP 06/121139)
Vice presidenta: Annie L. S. Prado (CRP 06/86192)
Secretária: Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06/71781)
Tesoureira: Luciane de Almeida Jabur (CRP 06/ 66501)

Conselheiras/os

Ana Paula Hachich de Souza (CRP 06/74115)
Beatriz Borges Brambilla (CRP 06/98368)
Clarissa Moreira Pereira (CRP 06/85338)
Edgar Rodrigues (CRP 06/29843)
Eduardo de Menezes Pedroso (CRP 06/122428)
Emanoela Priscila Toledo Arruda (CRP 06/107551)
Ione Aparecida Xavier (CRP 06/27445)
Julia Pereira Bueno (CRP 06/132236)
Jumara Silvia Van De Velde (CRP 06/7616)
Lauren Mariana Mennocchi (CRP 06/90668)
Lilian Suzuki (CRP 06/27810)
Luana Alves Sampaio Cruz Bottini (CRP 06/69979)
Mária da Glória Calado (CRP 06/33194)
M. Mercedes W. K. V. B. Guarnieri (CRP 06/59560)
Maria Rozineti Gonçalves (CRP 06/39077)
Mônica Cintrão França Ribeiro (CRP 06/20583)
Mônica Marques dos Santos (CRP 06/68930)
Murilo Centrone Ferreira (CRP 06/142583)
Raizel Rechtman (CRP 06/115233)
Rita de Cássia Oliveira Assunção (CRP 06/41621)
Rodrigo Toledo (CRP 06/90143)
Sarah Faria Abrão Teixeira (CRP 06/132287)
Sulamita Jesus de Assunção (CRP 06/115531)
Tatiane Rosa da Silva (CRP 06/122671)

Realização

Coord. de Relações Externas: Tiara Vaz Ribeiro
Edição: Ex Libris, Guilherme Garcia e Nathalia Barbosa
Estagiária: Thamara Lima Barboza
Direção de arte: Paulo Mota
Fotos internas: iStock, Divulgação
Revisão: Lúcia Carolina dos Reis
Aprovação: XVI Plenário
Impressão: IGB Indústria Gráfica Brasileira Ltda.
Tiragem: 140.000 exemplares

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
CEP 05410 020 São Paulo SP
Tel.: (11) 3061 9494 | (11) 3065 9494
E mail: info@crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Alto Tietê | (11) 2378-0326
Assis | (18) 3322 6224 | (18) 3322 3932
Baixada Santista e Vale do Ribeira | (13) 3235 2324
Bauru | (14) 3223 3147 | (14) 3223 6020
Campinas | (19) 3243-7877
Grande ABC | (11) 4436 4000 | (11) 4427 6847
Metropolitana | (11) 3061 9494 | (11) 3065 9494
Ribeirão Preto | (16) 3620 1377
São José do Rio Preto | (17) 3235-2883
Sorocaba | (15) 3211 6368
Vale do Paraíba e Litoral Norte | (12) 3631 1315

www.crpsp.org.br

@crp sp

/crpsp

/company/crp sp

@crp sp

/crpspvideos



PSICOLOGIA EM MOVIMENTO

Estamos chegando aos quase dois anos de pandemia da covid 19. Com ela, vivemos a trágica perda de mais de 620 mil brasileiras/os e os impactos que afetam milhares de pessoas em enlutamento e em outras situações de sofrimento como o desemprego, a fome e o agravamento das desigualdades e violências.

Esta edição tenta descortinar os novos horizontes que se colocam para o exercício dos/as profissionais de Psicologia. Nela, você acompanhará as discussões realizadas na II Mostra Virtual de Práticas da Psicologia, evento que aproximou profissionais e estudantes de todo o Estado de São Paulo para o diálogo e a troca de experiências sobre suas áreas de atuação nestes tempos pandêmicos.

A Psicologia mostrou como as/os profissionais estão se adaptando às práticas em um novo movimento, em especial no que diz respeito às pessoas atendidas.

Discutimos também o impacto das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na Psicologia, com análise da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRP SP, já que o uso emergencial destas ferramentas trouxe à tona o debate sobre os impactos e limites da prestação contínua de serviços psicológicos por via digital.

A problemática da culpabilização individual em casos de conflito ético é abordada na matéria sobre Justiça Restaurativa.

Trazemos também a discussão sobre o atendimento psicológico às pessoas surdas, pauta de discussão na Assembleia de Políticas, de Administração e de Finanças (APAF) do Sistema Conselhos de Psicologia.

Na matéria sobre imunização, mostramos as iniciativas do CRP SP durante o ano de 2021, no sentido de elucidar as/os profissionais da Psicologia sobre as formas de atuação para um combate mais efetivo às consequências da covid 19. Em outra frente, a reportagem mostra as dificul-

dades e os avanços da vacinação da população encarcerada no Estado de São Paulo.

Na seção "Um dia na Vida", mostramos relatos de experiências de psicólogos no atendimento da proteção social básica no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de pessoas socialmente vulnerabilizadas.

Esta edição marca também importantes momentos para o CRP SP em 2021. Entre eles, os 40 anos de existência do Jornal Psi, ferramenta fundamental para o diálogo e a publicização da Psicologia no campo da profissão no Estado de São Paulo.

Realizamos os eventos preparatórios e damos início, agora, à fase dos pré congressos (pré COREPs), momentos decisórios de elaboração e avaliação de propostas a serem encaminhadas ao 11º Congresso Regional da Psicologia (COREP) e 11º Congresso Nacional da Psicologia (CNP), instâncias em que se constroem as diretrizes para as próximas gestões do Sistema Conselhos.

Este Jornal Psi se finaliza em um cenário de recondução no XVI Plenário, com recomposições no quadro da diretoria. A psicóloga e conselheira Ivani Francisco de Oliveira assume a presidência do CRP SP, sendo a primeira mulher negra a ocupar este espaço. As psicólogas e conselheiras Annie Louise Saboya Prado (Gigi) e Luciane de Almeida Jabur passam a atuar, respectivamente, na vice presidência e na Tesouraria do CRP SP, enquanto Talita Fabiano de Carvalho permanece à frente da Secretaria.

Os desafios são muitos, tanto para o CRP SP como instituição voltada ao atendimento e à orientação da categoria, quanto para a própria Psicologia que, neste momento histórico, é convocada a reforçar o seu compromisso social com toda a população brasileira. Vamos juntas/os construir uma Psicologia para todas/os e feita com Direitos Humanos.

**XVI Plenário do Conselho Regional
de Psicologia de São Paulo**



JUSTIÇA RESTAURATIVA: SUPERACÃO DE LÓGICAS PUNITIVISTAS E RETRIBUTIVAS EM CASOS DE CONFLITOS ÉTICOS

Arte: iStock / Paulo Mota

A então presidenta da Comissão de Ética (COE) do CRP SP, Luciane Jabur, e a educadora e advogada Nelly Petronella discutem a necessidade da implantação dessas novas práticas e seus impactos no dia a dia das/os profissionais

Em 2016, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no âmbito do Poder Judiciário, delinea a Política Pública Nacional de Justiça Restaurativa (Resolução CNJ 225). Integra princípios de responsabilização, reparação de danos, atendimento às necessidades de todos os envolvidos, informalidade, voluntariedade, imparcialidade, participação, empoderamento, consensualidade, confidencialidade, celeridade e urbanidade (CNJ, 2016, art. 2º) que são presentificados a partir de procedimentos restaurativos envolvendo a participação das partes, de suas famílias, da comunidade e da rede de garantia de direitos, ampliando a possibilidade de evitar sua repetição (CNJ, 2016, art. 8º).

Entre as metodologias adotadas neste modelo de justiça não punitivista e não retributivista, empregam-se os “Processos Circulares”, marco teórico-metodológico desenvolvido por Kay Pranis que objetiva, a partir da reflexão coletiva, dirimir e transformar conflitos de maneira consensual, observando os danos e as necessidades de todas as pessoas envolvidas.

Em 2019, o 10º Congresso Nacional de Psicologia (CNP) deliberou pela ampliação das lógicas restaurativas no Sistema Conselhos de Psicologia. A psicóloga (CRP 06/66501) e então presidenta da Comissão de Ética (COE) do CRP SP, Luciane de Almeida Jabur, aponta o que foi mudado de lá para cá: “Ampliamos a mediação no CRP SP e estamos investindo na Justiça Restaurativa como mais uma forma de expandir as lógicas restaurativas”, explica Luciane.

Para ela, em razão das características inerentes à Justiça Restaurativa, é importante que este processo seja construído de maneira dialogada entre diferentes comissões do Conselho. “Entendemos que é necessário produzir ainda o que será, para nós, a Justiça Restaurativa; por isto estamos debatendo de forma ampla”, pontua. Ela ressalta que hoje “nós já temos a mediação, que produz de maneira mais aprofundada a reflexão mediante um conflito ético. A Justiça Restaurativa amplia essa reflexão, elevando-a a outro nível, porque muitos atores são convocados a pensar o que significou aquele conflito”, explica. Para Luciane, a mediação produz saberes ao oportunizar que fatos sobre o conflito ético apareçam e possam ser dialogados.

Na Justiça Restaurativa “estamos falando de uma prática que produz saberes sobre o cotidiano, sobre o que produziu um conflito naquela situação que reverberou no fazer profissional e na vida de outras pessoas. Assim, ampliamos a produção do conhecimento sobre o impacto desse conflito e sobre o seu contexto. Estamos falando, que além de uma

infração ou conflito ético, há uma situação que se oportunizou e os impactos que reverberaram”.

Luciane tem em mente o fato de que as/os psicólogas/os que trabalham em comunidades terapêuticas possuem alta incidência nas representações por convivência com a violação de Direitos. “Será que essas profissionais são responsáveis, sozinhas, por essa convivência? O que as leva a infringir o Código de Ética e o que revelam sobre nossas estruturas no cuidado à saúde? Nossa intenção é ampliar a corresponsabilização para demais agentes institucionais e públicos, entendendo ser impossível construir, em uma instituição manicomializante, uma prática ética considerando sua natureza. A exclusividade da culpa individual dessas profissionais responderá pela justiça no campo da saúde? Temos de lidar com essa questão de maneira que a própria infração possa promover uma transformação”, analisa.

De acordo com Luciane, a construção da Justiça Restaurativa no Sistema Conselhos percorrerá diferentes caminhos até que esteja integrada a uma tramitação processual restaurativa, pois não se trata de uma simples adoção de procedimentos, mas sim produção de conhecimentos e ações pela reflexão coletiva e contextual sobre um conflito ético.

Como exemplo, cita a Câmara de Mediação do CRP SP, implementada em 2016, que também responde à lógica restaurativa na Comissão de Ética e incide em novos entendimentos sobre o conflito ético que oportunizam, ao invés de punir, a reparação do dano eventualmente sofrido. “Num momento de acirramento da violação de direitos e da produção de sofrimento articulada à atribuição da culpa individual por problemas sociais, acreditamos que a Justiça Restaurativa, ao dialogar com nosso compromisso social e a responsabilidade pública de nossa função, zela pelos valores emancipatórios que nossa categoria profissional defende”, finaliza.





Papel da Psicologia

A educadora, advogada e colaboradora da COE, Nelly Petronella, define a Justiça Restaurativa como “uma forma de abordar conflitos que vai além do certo e do errado, além de um julgamento de culpado ou inocente: ela tenta buscar as raízes das questões problemáticas, que são estruturas mentais, sociais, antropológicas, políticas, institucionais, históricas”, explica. Em um caso de conflito interrelacional e interpessoal, normalmente se enfocam somente duas personagens – a pessoa que ofendeu e a vítima. De acordo com Nelly Petronella, essa seria uma pequena parte de um cenário mais abrangente: “Há todo um contexto que sustenta essa situação e que garante a repetição deste comportamento abusivo, violento. A Justiça Restaurativa busca ampliar esse foco: a vítima é importante, quem cometeu a ofensa é importante, mas o mais importante é entender o contexto que fez a vítima ser vítima e que moveu a pessoa que a ofendeu naquela direção, a assumir aquele comportamento. Para que isso não se repita, é preciso que entendamos que cuidar da vítima é tão importante quanto cuidar de desmanchar as estruturas que permitiram que a ofensa ocorresse”, explica.

Nelly defende que este trabalho começa com a criação de um ambiente seguro ao redor da vítima e de quem ofendeu para que ambas as partes possam aceitar o que aconteceu. “Precisa haver essa segurança relacional. Só em um ambiente seguro eu posso dizer como eu me sinto, o que aconteceu, o que precisa ser feito para que isto não mais aconteça. Isso também vale para quem comete a ofensa”.

A educadora cita um exemplo prático de um delegado no sertão da Bahia que trabalha com Justiça Restaurativa. “A cidade daquele delegado tinha,

no máximo, dois homicídios por ano. Depois da mudança de governo, já no primeiro semestre daquele ano, foram seis mortos, todos pela Polícia. Isso ocorreu porque as pessoas se sentiram liberadas, com a anistia geral para a violência policial. O delegado conversou com a mãe de uma das vítimas. Ela não se conformava. Então ele organizou um encontro com promotor, juiz e policiais. A mãe falou da dor dela. Nos meses seguintes, não houve nenhuma morte. Então, precisamos ser confrontadas com os nossos atos a partir das consequências que eles produzem, como neste caso, em que policiais conseguem encontrar, atrás do aparato institucional, sua dimensão humana”, conta. “A humanidade precisa ser desumanizada para poder matar”, complementa.

Nelly alerta que as/os psicólogas/os têm que se atentar para o problema de que o silêncio – no caso, o segredo profissional – pode dar muito espaço para o abuso. “Temos que compreender as possibilidades de abuso desse silêncio ou desse segredo profissional e dividir essa responsabilidade”, afirma. “Trata-se de uma responsabilidade coletiva e, desta forma, podemos alargar as possibilidades de prevenção e cura.” E ressalta: “Estamos caminhando para o abismo em nível de convivência, e é por isto que a Psicologia é um ótimo lugar para se começar a Justiça Restaurativa. Talvez por isso seja muito importante reforçar: as/os profissionais da Psicologia precisam sair, precisam alargar as possibilidades de cura, incluir os contextos, as estruturas e isto pode ter um resultado belíssimo. Não tem script, é um lançar-se para afetar o humano. Esse, no meu entender, é o lugar da Psicologia, pois esta tem as melhores condições de oferecer procedimentos restaurativos”, finaliza.



MUDANÇAS E REORGANIZAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Se o ano passado foi marcado por desafios sem precedentes com a pandemia de covid-19, 2021 tem sido o período em que as transformações se aprofundam. O CRP SP manteve boa parte de suas atividades remotas ou em modelo híbrido. Reforçando sua presença digital, expandiu suas ferramentas de atendimento e orientação a psicólogas/os e de comunicação institucional.

Novo sistema para o Conselho

Aplicado no âmbito do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e dos Conselhos Regionais, o BR Conselhos (BRC) é o novo sistema de atendimento e serviços à categoria. Permite a integração cadastral, financeira, de processos e de fiscalização, mantendo uma base unificada e com padronização de dados e processos.

São Paulo é o Conselho Regional com o maior número de psicólogas/os inscritas/os e ativas/os em todo o Brasil. Ao todo, são mais de 130 mil profissionais registradas/os. O BRC estende o acesso ao sistema e ao cadastro das/os inscritas/os também às 11 subsedes espalhadas pelo Estado, que passaram por rigorosos treinamentos no novo sistema.

Em prol dos Direitos Humanos e Políticas Públicas

Direitos Humanos estão na base do Código de Ética da/o Psicóloga/o.

No CRP SP, o tema é articulado pela Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas (CDHPP) que, ao longo de 2021, desenvolveu várias ações estaduais guiadas por seus eixos: Violência Estrutural; Cuidado em Liberdade; Rede de Proteção; Saúde e Compromisso Social com a Psicologia.

Desde o início do ano, o Calendário de Direitos Humanos foi marcado com a publicação de 38 artigos nos canais de comunicação do Conselho, trazendo temáticas relevantes para orientar a categoria sobre relações raciais, diversidade sexual e de gênero, direito das mulheres, crianças, adolescentes e idosos, cuidado em liberdade para pessoas com transtornos mentais, população em situação de rua, usuários de álcool e outras drogas, além da ênfase na atuação das/os psicólogas/os nas políticas públicas e interface da Psicologia com outras profissões.

Em diálogo com a categoria e entidades, foram elaborados documentos orientativos, voltados à

atuação profissional: “Documento em resposta às demandas das/os psicólogas/os da Fundação Casa” e “Documento de Orientação CRP 06: A atuação profissional das psicólogas, psicólogos e psicólogos no atendimento à população bissexual”, ambos acessíveis para consulta no site do CRP SP.

Em uma articulação histórica para garantia da implementação da Lei 13.935/19, que insere psicólogas/os e assistentes sociais na Educação Básica, foi realizado Seminário Estadual da temática discutindo os desafios e possibilidades no Estado de São Paulo.

Outro importante encontro discutiu a Segurança Pública e Violência Policial numa perspectiva sobre quais corpos são alvos das violências sistêmicas. Por meio de Seminário, especialistas de diferentes áreas conduziram os debates acerca do racismo e da violência estrutural.

A Luta Antimanicomial foi discutida na perspectiva de que a saúde mental se faz com o povo e na defesa de um Sistema Único de Saúde (SUS) com cuidado em liberdade. As ações foram debatidas nos territórios e nos episódios do podcast Estação Psicologia.

A segunda edição do Prêmio Jonathas Salathiel deu visibilidade a trabalhos e a práticas da saúde mental relacionados à questão racial. O evento é uma iniciativa do CRP SP, da Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es (ANP-SINEP) e do Sindicato das/os Psicólogas/os do Estado de São Paulo (SinPsi).

Por fim, temas centrais dos Direitos Humanos tiveram foco em campanhas como os 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres e o Mês da Consciência Negra.

Psicologia Clínica

A Comissão de Psicoterapias e Avaliação Psicológica (CPAP) fortalece os debates sobre a psicoterapia como prática privativa ou não das psicólogas/os e sobre as questões relacionadas ao acesso dos testes psicológicos para além da categoria. Essas discussões culminaram em materiais orientativos, complementando a série CRP SP Orienta, voltados à Psicoterapia, Avaliação Psicológica, Neuropsicologia e Trânsito, e também estão na centralidade das rodas de conversa online realizadas em dezembro.

CRP SP na Sociedade

Para qualificar o alinhamento de representações em espaços de controle e participação social, bem como nas comissões de ética, orientação e fiscalização, núcleos temáticos e demais espaços em que o CRP SP se faz presente, foram realizadas escuta, discussão e construção coletiva de orientação que deram origem a um manual. O conteúdo do manual sistematiza diretrizes importantes para o trabalho das/os colaboradoras/es do CRP SP, servindo para orientar e informar o alinhamento das pautas que precisam ser defendidas nos espaços ocupados pelas/os representantes do Conselho.

Além disso, o Encontro Estadual de Re(Conhecimentos), importante momento de acolhimento, promoveu trocas e alinhamentos entre as/os colaboradoras/es focando em temas sobre Álcool e outras drogas; Assistência Social; Criança e adolescente; Diversidade sexual e de gênero (LGBTQIA+); Educação; Idoso; Justiça; Mulheres; Psicoterapia, Avaliação Psicológica e Práticas Integrativas Complementares; Relações Raciais, Comunidades e Povos Tradicionais e Saúde.

Congressos da Psicologia no horizonte

De 21 de julho a 10 de setembro, o CRP SP realizou os eventos preparatórios para o Congresso Regional de Psicologia (COREP) e o Congresso Nacional de Psicologia (CNP), ambos marcados para 2022. Esta é a primeira etapa de preparação para os Congressos, iniciando a elaboração das propostas que serão encaminhadas às próximas fases. Ao todo, foram articulados 58 eventos preparatórios, contando com a elaboração de 481 propostas.

A próxima etapa é o pré-congresso (pré-COREPs). Realizado em cada subsede do CRP SP, é o momento de apreciar as propostas vindas dos eventos preparatórios e de escolher as/os delegadas/os para o COREP. Os pré-COREPs acontecem de 01 de dezembro de 2021 a 27 de janeiro de 2022.

O 11º COREP, etapa regional, está marcado para os dias 8 a 10 de abril de 2022, ocasião em que serão eleitas as/os delegadas/os para o Congresso Nacional. Já o 11º CNP acontece de 2 a 5 de junho de 2022 e terá como tema “O Impacto Psicossocial da Pandemia: Desafios e Compromissos para a Psicologia Brasileira Frente às Desigualdades Sociais”.

As propostas aprovadas nesses eventos servirão de base para guiar o próximo triênio das gestões dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs, período de 2022 a 2025) e do Conselho Federal (CFP, período de 2023 a 2025).

Diálogo com a categoria e a sociedade

A comunicação do CRP SP teve novidades importantes ao longo de 2021, como a criação do FAQ (perguntas e respostas frequentes) nos canais do CRP SP, no qual as/os profissionais passaram a tirar dúvidas sobre diversos tópicos.

O ano também foi marcado pelos lançamentos do Boletim CRP SP, com envio mensal de notícias on-line, e do Calendário de Informativos, com planejamento integrado dos e-mails marketing da sede e das subsedes.

Agosto marcou a estreia do podcast oficial do CRP SP, o Estação Psicologia, iniciando a série de seis episódios intitulada “Cuidado em Liberdade”. No mesmo mês, o CRP SP ganhou mais uma página oficial, no LinkedIn, rede social focada no mundo do trabalho.

A comunicação com a sociedade e a categoria ainda incluiu campanhas como “Quem cuida da saúde mental de quem cuida”, voltada à saúde mental da categoria, “Proteção de Dados na Psicologia”, com série de CRP SP Debates sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e “Psicologia hoje e amanhã, do luto à luta”, marcando o mês da Psicologia.

Até outubro deste ano, os canais digitais do Conselho somaram uma audiência de mais de 9 milhões de acessos.

Fiscalização e ética em foco

Seguindo suas funções primordiais de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) e a Comissão de Ética (COE) mantiveram seus trabalhos constantes, tendo realizado encontros de alinhamento técnico e político ao longo do ano.

Pela COE, o XVI Plenário lançou a nova edição do Código de Ética Profissional da/o Psicóloga/o, em comemoração dos 16 anos da Resolução 010/2005. A nova versão traz reflexões sobre os desafios da Psicologia no enfrentamento da pandemia de covid-19 e do atendimento remoto e on-line.

A Comissão reorganizou suas operações em função do prolongamento da crise sanitária. Mediações, Plenárias Éticas, Reuniões de Pareceres, Instrução Processual e Julgamentos se tornaram encontros online para manter a segurança das/os participantes nas atividades da COE.

Outras atividades que migraram para o virtual foram os despachos eletrônicos, o atendimento de partes processuais por e-mail, a digitalização de processos éticos para agilizar andamentos processuais e o recebimento de representações por e-mail, com a publicação de instrução normativa regulamentadora.

A Comissão de Ética também ampliou o número de mediadores independentes de sua Câmara de Mediação e analisou editais de concursos de interesse da Psicologia, disponibilizando-os no site para acompanhamento da categoria.

Em alinhamento entre comissões, houve também articulação com a CDHPP (Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas), além de Encontro de Justiça Restaurativa, Direitos Humanos e compromisso social da Psicologia.

A COF teve um processo semelhante, fornecendo suas orientações sobre o exercício profissional de modo remoto e passando por um período de reorganização para a retomada das atividades internas presenciais e das fiscalizações.

Uma ferramenta importante no período da pandemia foi o e-Psi, com a análise, neste ano, de 14.991 pedidos para auxiliar as/os psicólogas/os no atendimento on-line. Além disso, a Comissão realizou mais de 15 mil orientações junto à categoria, por telefone e e-mail.

Também atualizou a série CRP SP Orienta e o FAQ (perguntas frequentes), ambas ferramentas de comunicação e consulta para orientação da categoria. A COF, ainda, participou da série de lives sobre Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) voltada a profissionais da Psicologia e integra o podcast Estação Psicologia, com o quadro de orientações Psicologia no Dia a Dia.

Estes são alguns dos desafios que fomos enfrentando para ampliar os serviços e dar qualidade aos processos de atendimento à categoria e à sociedade na construção de uma Psicologia para todo mundo e feita com Direitos Humanos.



“PRECISAMOS DEBATER SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS SURDAS”

Psicóloga surda e atuante no atendimento de pessoas com deficiência auditiva, Ana Marques representou o CRP SP na APAF objetivando construir resolução para o atendimento psicológico às pessoas surdas

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, cerca de 10,7 milhões de pessoas apresentavam deficiência auditiva no Brasil. Apesar de alguns avanços recentes, como a introdução da LIBRAS em apresentações e programas de TV, a inclusão da população com deficiência auditiva ainda está distante de ser uma realidade.

Conforme estudo apresentado pelo Instituto Locomotiva, em 2019, em torno de 7% das pessoas surdas chegaram ao Ensino Superior; apenas 15% passaram pelo Ensino Médio; cerca da metade teve acesso ao Ensino Fundamental e 1/3 não possuía nenhum grau de instrução.

A psicóloga Ana Tereza da Silva Marques (CRP 06/141032), e também pessoa surda, é especialista em diversidade e realiza atendimento direcionado à comunidade surda. Ana representou o CRP SP na Assembleia de Políticas, de Administração e de Finanças (APAF), instância máxima deliberativa do Sistema Conselhos de Psicologia, realizada em novembro deste ano, em Brasília, DF.

Em debate, Ana trouxe a questão da surdez e propôs reflexões sobre o atendimento às pessoas surdas. “O propósito foi avaliar melhor o que significa a identidade surda; a comunidade surda. Quais são as outras estratégias que poderemos usar no aten-

dimento das pessoas surdas, além da LIBRAS? O que nós, surdos, como comunidade, precisamos para ser atendidos?”, reflete a psicóloga.

O objetivo, a longo prazo, é orientar a categoria e regulamentar por meio de resolução que atenda às necessidades da pessoa com deficiência e que também atenda às necessidades da/o psicóloga/o que precisa estar devidamente apropriada/o desse universo.

Ana materializa, com sua presença na APAF, o consagrado na Convenção de Salamanca, “nada sobre nós sem nós”, como psicóloga e pessoa surda trazendo a temática a partir de suas vivências. “Por meio de minha experiência pessoal e profissional, compreendi que vivenciar a deficiência significa entender que ela é apenas mais uma característica e que a pessoa não pode ser reduzida a meras questões de uma condição, seja ela biológica, psicológica ou social”, explica Ana.

“É ter consciência de que a dificuldade não está na deficiência e sim na nossa interação com o mundo: até eu chegar em você, quantas barreiras irei experimentar? Terei que desistir no meio do caminho ou nem tentar? Na minha interação com o mundo, quantos obstáculos me impedem de exercer meu protagonismo?”, questiona.

“Sugeri também”, continua Ana sobre sua participação na APAF, “que nos aprofundássemos sobre as dimensões de acessibilidade (criadas por Romeu Sas-

Ana Tereza da Silva Marques (CRP 06/141032), Psicóloga Clínica, Surda, especialista em diversidade e com atendimento direcionado à comunidade surda.



Foto: Divulgação

saki, pai da inclusão), na teoria e na prática, para nos alinharmos sobre as possibilidades e evitarmos nos apegar aos preconcebidos, “limites das limitações”, antes mesmo de tentarmos entender o real significado disto. Sinto que faltam discussões do que é acessibilidade e qual é o seu real sentido”, observou.

Na ocasião, Ana salientou que uma das questões relativas ao atendimento à comunidade surda é a mediação feita por intérpretes de LIBRAS: “Boa parte da comunidade surda não aceita intérprete, porque entende que a/o intérprete pode terceirizar a conversa. No entanto, nós temos, no Brasil, milhões de pessoas com algum tipo de deficiência auditiva. Então temos que pensar nas pessoas que estão em localidades remotas e que não conseguem atendimento psicológico, nem intérpretes, e precisam ter atendimento em LIBRAS”, explica.

E aponta a necessidade de discutir as possibilidades de atendimento para a/o usuário do serviço, com qualidade. “Como psicóloga de surdos, poderia falar: ‘qualquer pessoa pode fazer um curso de LIBRAS e ir praticando’, mas isto requer tempo e interação com a comunidade surda. Não basta só fazer o curso. Ou seja, há uma série de estudos que têm que ser feitos para que uma pessoa evolua até que possa prestar um atendimento de qualidade”, pondera.

Ana pontua a preocupação sobre questões éticas, como o sigilo nos atendimentos: “Eu penso, por exemplo, nas pessoas surdas que precisam de uma psicóloga em uma delegacia; em alguém com deficiência auditiva que contraiu covid-19 e não tem como conversar com a psicóloga no hospital. Como a realidade é muito complexa, precisamos pensar em garantir o atendimento dessas pessoas, o que inclui, por vezes, a presença de intérpretes”, analisa.

A psicóloga (CRP 06/27445) e conselheira do CRP SP, Ione Xavier, reforça o fato de que as/os psicólogas/os trabalham com a palavra: “É essa dimensão da palavra com o surdo varia; então, ela depende do tom, depende da forma como se fala, da fluidez com que se fala. Há uma série de variáveis na comunicação que nem sempre a profissional estará apta se ela não se aproximar desse

universo de uma forma qualificada para também desenvolver um trabalho qualificado”, contextualiza.

Ana afirma que, embora boa parte da comunidade surda possa fazer a leitura labial, a questão da interação com a/o psicóloga/o não se soluciona a partir disso: “Ser surdo é mais uma questão de identidade. Às vezes a pessoa até faz leitura labial, mas prefere a LIBRAS. Por exemplo, por eu usar um aparelho e falar parece que eu não sou surda; a maioria das pessoas acha que eu sou estrangeira. Quando um surdo usa aparelho, as pessoas inferem que a responsabilidade da comunicação é exclusivamente dele, porque ele tem que se esforçar para entender. Com a LIBRAS há uma facilidade visual; ela tem uma série de regras, como qualquer outra língua; então, a comunicação é potencializada. Trazer um atendimento de qualidade ao surdo é reconhecê-lo como consumidor e integrante da sociedade”, defende Ana.

“Falta estratégia para usufruirmos nosso protagonismo”, continua a psicóloga. “O surdo passa por grandes dificuldades, que eu vivenciei e continuo vivenciando. Nós gostaríamos de poder avançar essa discussão na sociedade, na Psicologia e no Sistema Conselhos”, reforça a profissional.

A representatividade da Ana na APAF é um marco importante para a Psicologia. “Eu sou uma pessoa surda me comunicando com o Conselho, tentando influenciar outras pessoas surdas que são psicólogas/os a trazerem suas necessidades, para que possamos levantar discussões, debates e avaliar as técnicas”, avalia.

Ana encerra sua participação na APAF citando a expressão utilizada pelo Grupo Talento Incluir: “O contrário de deficiência não é eficiência. O contrário de eficiência é ineficiência, que não tem nada a ver com deficiência”, conclui.

“ É ter consciência de que a dificuldade não está na deficiência e sim na nossa interação com o mundo: até eu chegar em você, quantas barreiras irei experimentar? ”

JORNAL PSI: 40 ANOS DE HISTÓRIA DA PSICOLOGIA PAULISTA



1981
nº 02



1982
nº 09



1983
nº 17

No início dos anos 1980, em meio ao processo de redemocratização do país, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo compreendeu que precisava buscar meios para dialogar com a categoria, promover debates sobre a profissão e discutir a importância da Psicologia naquele momento de grandes mudanças e dúvidas sobre o amanhã.

Assim nasceu, em janeiro de 1981, uma publicação impressa intitulada *Jornal do CRP/06*, que, a partir de 1999, tornou-se o *Jornal PSI*.

Desde o primeiro exemplar, o editorial do jornal abordou temas pertinentes aos interesses das/os psicólogas/os, refletindo o momento histórico da sociedade. Para Rodrigo Toledo, psicólogo (CRP 06/90143) conselheiro e coordenador da Comissão de História e Memória (CHM) do CRP SP, a publicação é uma das principais formas de comunicação entre Conselho, categoria e sociedade. “As matérias, artigos e entrevistas buscam debater os dilemas éticos da profissão, bem como as questões que orientam e normatizam as boas práticas profissionais da categoria”, define Rodrigo.

O *Jornal PSI* consolida-se, desse modo, como uma importante fonte de pesquisa sobre a Psicologia paulista e para a história da profissão.

Com 198 edições até o momento, a publicação promove análises, saberes e fazeres que se inserem no contexto de cada tempo. Trata-se de um registro de projetos, ideias e diretrizes que objetivam uma Psicologia cada vez mais comprometida com a dignidade na vida das/os brasileiras/os e com o sentido ético do fazer profissional.

O principal objetivo é dialogar constantemente com as demandas da sociedade, acompanhando processos e mudanças, de modo a demonstrar a capilaridade da Psicologia.

A partir deste compromisso de diálogo e transparência, as publicações do jornal hoje são parte do acervo do Centro de Documentação (CEDOC) do CRP SP, como uma forma de preservar a história e a memória da Psicologia desenvolvida no Estado de São Paulo, assim como demonstrar as mudanças do formato do jornal e da relação com o leitor, refletindo as transformações da sociedade e do consumo de informação.



Primeira década

O primeiro Editorial de 1981, da edição número 01, apresenta uma proposta de “solidariedade concreta e permanente” entre as/os psicólogas/os para “vencer as agressões existentes” no então Código de Ética, refletindo de maneira mais fiel possível a influência de todos os pontos de vista presentes na Psicologia. Finaliza com a expressão: “Desejamos que o Psicólogo se torne um dos agentes de transformação no processo social e, neste sentido, é imprescindível que ele esteja atento à realidade brasileira, para orientar a sua prática no interesse daqueles que dela necessitam.”

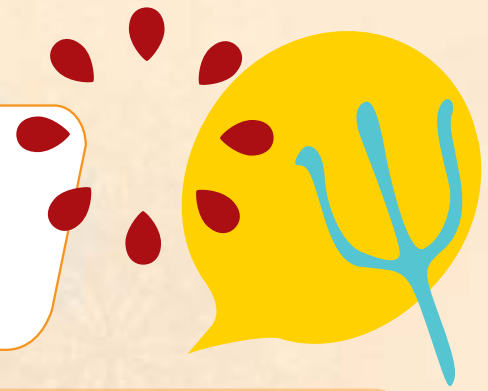
A década de 1980 foi marcada por edições de lutas pela consolidação da profissão no Brasil, criação das equipes multidisciplinares na Educação, Trabalho, Saúde Mental, Discriminação Racial, ética profissional e publicidade, HIV/AIDS, aborto, jogo de poderes e movimentações constituintes.

Fonte: publicação “CRP SP – 35 anos de comunicação e desafio”





PRÁTICA DA PSICOTERAPIA FEITA POR PSICÓLOGAS/OS



A Resolução 010/2000 define em seu Art. 1º que *“A Psicoterapia é prática da/o psicóloga/o por se constituir, técnica e conceitualmente, um processo científico de compreensão, análise e intervenção que se realiza através da aplicação sistematizada e controlada de métodos e técnicas psicológicas reconhecidos pela ciência, pela prática e pela ética profissional, promovendo a saúde mental e propiciando condições para o enfrentamento de conflitos e/ou transtornos psíquicos de indivíduos ou grupos.”*

Muito se discute sobre a Psicoterapia ser prática exclusiva das/os profissionais da Psicologia. No entanto, essa prática não é regulamentada por Lei como exclusiva de uma determinada profissão no Brasil.

Porém, as/os profissionais da Psicologia recebem, em sua formação, conteúdos pertinentes ao conhecimento da ciência psicológica como vemos nas diretrizes curriculares para Bacharel em Psicologia (Resolução CNS 597/2018), que em seu Art. 6º traz como eixos estruturantes: Fundamentos teóricos, metodológicos e epistemológicos da Psicologia e dos processos psicológicos, além da interface com campos afins e com as políticas públicas fundamentais para compreensão dos fenômenos psicológicos.

Essas diretrizes nos colocam em contato com as Teorias do Desenvolvimento humano, da Inteligência, das Emoções, das Psicopatologias, das Teorias de Grupos, dentre outros.

O Artigo 13º da mesma Resolução nos aproxima dos processos de atuação que permeiam Acolhimento, Acompanhamento, Avaliação, Comunicação, Culturais, Educativos, Formativos de Psicólogos, Grupais, Mobilização Social, Organizativos, Orientação e Aconselhamento, Planejamento e Gestão Pública, Psicoterapêuticos e Investigativos.

Importante destacar que no campo do exercício profissional, a Psicologia é regulamentada no Brasil e tem o Sistema Conselhos de Psicologia (CFP e CRPs) que orienta, fiscaliza e zela pela qualidade ética dos serviços oferecidos à sociedade, garantindo questões como o sigilo profissional e o adequado registro de documentos e prontuários como qualidades importantes na hora de fazer uso de um serviço profissional.

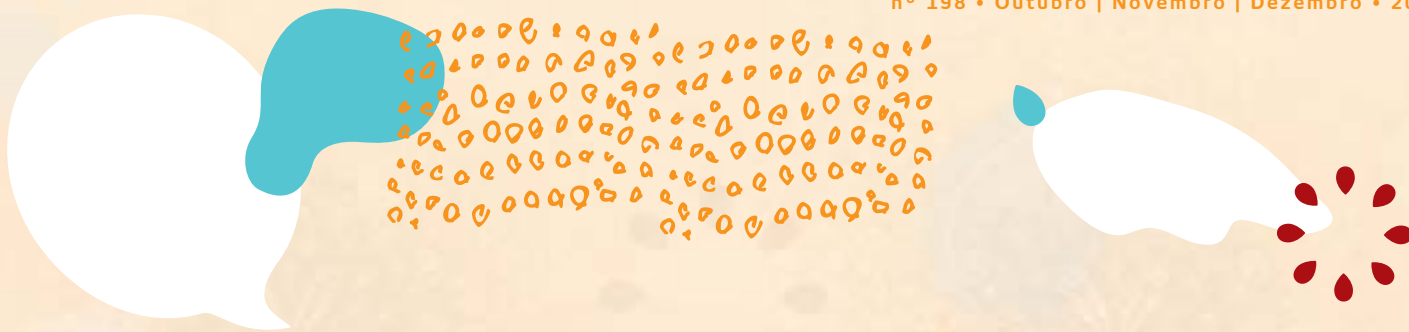
Assim, a Comissão de Psicoterapia e Avaliação Psicológica (CPAV) do CRP SP traz, a seguir, uma linha do tempo das ações do Sistema Conselhos em importantes e históricas abordagens do tema Psicoterapias.

Entre as diversas áreas de atuação possíveis da profissão de psicóloga/o, está a Psicologia Clínica. Calcula-se que a maioria das psicólogas/os registradas/os no Brasil exerçam a prática da Psicoterapia em diferentes linhas teóricas reconhecidas cientificamente. Portanto, o debate sobre a Psicoterapia continua sendo imprescindível nos campos profissional e social.

Para realizar o seu trabalho de forma qualificada, a/o profissional deve fundamentar sua prática em conhecimentos técnicos e científicos adequados, com

atuação na área das Ciências Humanas e da Saúde, por meio de intervenções que considerem a complexidade da subjetividade humana e seus contextos sociais. Para isso, são utilizadas técnicas e recursos variados, que vão desde o trabalho em consultórios privados à atuação dentro de equipes multiprofissionais em instituições, dentre outras possibilidades.

No início dos anos 2000, após uma série de discussões dentro do Sistema Conselhos a respeito da Psicoterapia, foi elaborada a Resolução CFP n.º 10/2000, que especifica e qualifica a Psicoterapia



como prática da/o psicóloga/o. Em 2009, considerado o Ano da Psicoterapia, foram realizados seminários com a finalidade de definir parâmetros mínimos para tais atuações, resultando na publicação “Ano da Psicoterapia – textos geradores”, que norteia as práticas em Psicoterapia.

Diante do contexto sócio/político/econômico atual, bem como os atravessamentos da pandemia, as discussões sobre a prática e a formação em Psicoterapia trazem opiniões e entendimentos diferentes acerca do assunto, tornando-o ainda mais intenso e complexo.

O Conselho Federal de Psicologia realizou, em abril de 2021, o “Seminário Nacional sobre Psicoterapia: formação, qualificação e regulamentação” e, na sequência, ocorreu o lançamento da “Consulta Pública sobre Psicoterapia como atividade exclusiva para profissionais da Psicologia”.

Os resultados sistematizados têm por objetivo produzir relatório único que traga contribuições para a categoria.

Considerando a necessidade e a urgência de aprofundarmos sobre este tema tão caro para as psicólogas/os, em 2020, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo instituiu a Comissão de Psicoterapias e Avaliação Psicológica (CPAP), que vem realizando discussões, eventos e construindo materiais orientativos sobre a atuação da/o psicóloga/o no campo das Psicoterapias. Um desses materiais se encontra nas publicações da campanha “CRP SP Orienta”.

A atuação na Psicologia Clínica é ampla e multifacetada, devendo ocorrer em espaços e ambientes que garantam que os serviços sejam realizados com qualidade e, certamente, com atenção aos Direitos Humanos. Aliás, não se pode desvincular o exercício profissional da ética, da integridade e da dignidade humana.

A legislação da Psicologia não define questões técnicas que permeiam o tratamento psicológico como, por exemplo, o tempo de um atendimento clínico, sendo este aspecto estabelecido pela/o profissional, sempre a partir da fundamentação teórica adotada e dos objetivos do serviço a ser prestado.

Em relação aos honorários, estes serão estabelecidos no contrato terapêutico, considerando as características do serviço, da atividade e as condições da/o usuária/o. Caso haja dúvidas, a/o profissional pode consultar a Tabela de Referência Nacional de Honorários, sendo os valores mencionados servindo como referência, não sendo obrigatórios.

Quando houver questões trabalhistas envolvidas, a/o profissional pode acionar o Sindicato das/os Psicólogas/os do Estado de São Paulo (SinPsi) para auxílio.

Confira materiais sobre o assunto:

- **Resolução CFP 01/99:** Estabelece normas de atuação para as/os psicólogas/os em relação à questão da orientação sexual.
- **Resolução CFP 10/00:** Especifica e qualifica a Psicoterapia como prática da/o psicóloga/o.
- **Resolução CFP 18/2002:** Estabelece normas de atuação para as/os psicólogas/os em relação ao preconceito e à discriminação racial.
- **Resolução CFP 001/2009:** Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos.
- **Resolução CFP 008/2010:** Estabelece que a/o psicóloga/o perita/o poderá atuar em equipe multiprofissional.
- **Resolução CFP 01/2018:** Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis.
- **Resolução CFP 09/2018:** Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da Psicologia e da/o psicóloga/o, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos - SATEPSI.
- **Resolução CFP 11/2018:** Regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e comunicação.
- **Resolução CFP 06/2019:** Institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela/o psicóloga/o no exercício profissional.
- **Resolução CFP 08/2020:** Estabelece normas de exercício profissional da Psicologia em relação às violências de gênero.
- **Manual da Psicologia e Direitos Humanos do CRP SP:** Guia do CRP SP com as principais Resoluções, Notas, Referências Técnicas e outras publicações para a compreensão e defesa dos Direitos Humanos.
- **Série CRP SP Orienta:** Fôlderes orientativos sobre as principais dúvidas de psicólogas/os na atuação profissional.
- **Cartilha Tecido e o Tear:** Aborda a Psicologia e sua interface com Direitos Humanos.
- **Diálogo sobre Psicoterapia:** Vídeo disponível no canal do Conselho Federal de Psicologia no Youtube.





PSICOLOGIA EM MOVIMENTO: A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA PSICOLOGIA PAULISTA NO SEGUNDO ANO DE PANDEMIA

II Mostra Virtual de Práticas da Psicologia reuniu a exposição de 143 trabalhos de diferentes territórios

Marcando o Mês da/o Psicóloga/o, a II Mostra Virtual de Práticas da Psicologia aproximou categoria e estudantes, de diferentes territórios e atuações, para o diálogo e a troca de vivências e práticas neste segundo ano de pandemia. A Mostra também deu início à etapa dos eventos preparatórios para o 11º Congresso Nacional de Psicologia (CNP).

O evento contou com a exposição de 143 trabalhos nas modalidades comunicação oral e vídeo-relato. Os trabalhos de comunicação oral reuniram 479 pessoas de todo o Estado de São Paulo, entre profissionais, estudantes de Psicologia, áreas afins e organizadoras/es. Os trabalhos de vídeo-relato estão disponíveis no canal do CRP SP no Youtube.

A Mostra foi dividida em quatro eixos estruturantes para discussão das 1) Práticas no âmbito Institucional e Psicologia Clínica; 2) Práticas na Formação em Psicologia; 3) Psicologia hoje e amanhã, do luto à luta e 4) Práticas de Enfrentamento à Pandemia. Cada eixo contou com a realização de um CRP SP Debate (live) temático, com a presença de especialistas e transmissão via YouTube e Facebook do CRP SP.

Relatório lançado durante a II Mostra recupera primeiro ano da pandemia

Publicado durante a II Mostra, o relatório de "Práticas Psicológicas na Pandemia de Covid-19" apresentou a situação do exercício profissional da Psicologia no Estado de São Paulo em 2020, primeiro ano de pandemia.

O relatório também evidencia a diversidade de práticas e as variadas inserções da Psicologia em diferentes espaços no período de primeiro ano da crise do novo coronavírus. Resultado de uma ampla pesquisa realizada em 2020, o documento recebeu respostas, por meio de levantamento online, de 4.791 psicólogas/os de diferentes lugares.

O questionário buscou compreender os impactos no formato, técnicas e métodos de trabalho das/os psicólogas/os, assim como as dificuldades e transformações que a prática psicológica sofreu durante os primeiros meses do período.

O relatório representa um importante material histórico da Psicologia brasileira durante o período pandêmico e mostra o caráter inventivo e mobilizador da categoria em momentos de adversidade,



nos quais houve necessidade de lidar com as transformações impostas pelas medidas de contenção da proliferação do vírus no exercício profissional.

A Psicologia paulistana evidenciou seu comprometimento de proporcionar um trabalho tecnicamente qualificado e orientado ética e politicamente para a manutenção de vidas dignas. Também mostrou seu compromisso com as subjetividades e a saúde mental da população, que tem enorme diversidade no país e foi impactada das mais variadas formas pelas consequências da crise sanitária.

Primeira e segunda edições da Mostra

A ideia da realização da I Mostra de Práticas Psicológicas na Pandemia de Covid-19, ocorrida em agosto de 2020, surgiu a partir dos depoimentos e das atuações constatadas na pesquisa on-line. Foi mais uma grande oportunidade para que a categoria pudesse compartilhar suas reflexões, suas novas dinâmicas de trabalho e as possibilidades percebidas na atuação profissional em período pandêmico.

Para a segunda mostra, as seguintes questões foram levantadas como pontos de partida: Como

as/os psicólogas/os têm orientado suas práticas em seus territórios? Essas práticas estão no âmbito público ou privado? Na modalidade on-line ou presencial? Como as práticas estão inseridas em uma lógica interdisciplinar e intersetorial? Como se dá o diálogo na defesa dos Direitos Humanos? Quais são as práticas desenvolvidas para a formação de novas/os psicólogas/os?

A psicóloga (CRP 06/71781) e conselheira Talita Fabiano de Carvalho, que coordenou a II Mostra Virtual de Práticas da Psicologia, ressalta que o evento foi uma oportunidade para as/os psicólogas/os trocarem as muitas atuações da categoria numa evidente mudança de cenário no campo de atuação. “No ano passado, vimos que a atuação profissional foi voltada quase que em totalidade para o atendimento on-line. A partir desse ano, algumas práticas presenciais foram sendo retomadas”, explica Talita.

Na Psicologia Clínica, foi observada a manutenção do atendimento online por grande parte das/os profissionais. Com o avanço da vacinação e a flexibilização das medidas sanitárias, as/os profissionais voltaram com os atendimentos presenciais, muitas



Ciclo de CRP SP Debates (lives) discutiram os quatro eixos da II Mostra Virtual de Práticas da Pandemia.

vezes alternados com o on-line. A Mostra também indicou uma expansão das fronteiras dos atendimentos psicológicos, antes voltados a pessoas da própria região ou cidade e agora passando a acompanhar pessoas de outros Estados e até países.

A prestação de serviço psicológico por meio de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) teve sua regulamentação consolidada com a Resolução CFP n.º 11 /2018, porém com limitação do campo de atuação. Em 2020, fez-se necessária a suspensão excepcional e temporária de alguns dispositivos da Resolução, flexibilizando as possibilidades do atendimento, assim visando evitar a descontinuidade da assistência à população no cenário pandêmico com a publicação da Resolução CFP n.º 04/2020.

Na mesma época, observou-se um aumento expressivo de solicitação de cadastramento no e-Psi, chegando a quase 30 mil novas solicitações no estado de São Paulo. Esse cadastro passa por análise técnica e ética, que verifica se a/o profissional tem condições de fazer esse tipo de atendimento.

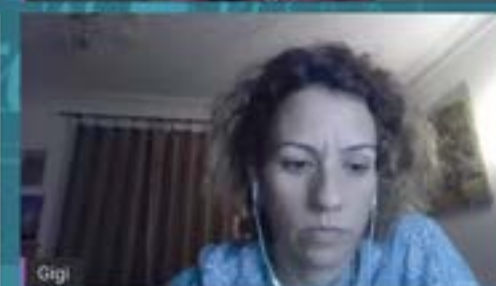
O impacto desse fenômeno foi apresentado já na primeira Mostra, com a significativa quantidade de trabalhos apresentados sobre atendimento on-line, compondo uma construção temporal e histórica, na qual a profissão se reconstrói e se reorganiza.

A qualidade dos debates foi outro importante resultado da mostra, com trabalhos permeados por reflexões sobre a ética profissional e sobre as limitações no campo da clínica e das Políticas Públicas, entre outras práticas e atuações.

Profissionais da Psicologia puderam atuar em espaços de acesso a serviços, defesa de direitos humanos, acolhimento em situações de violência e pobreza, garantia de saúde e cuidados básicos, sendo importantes agentes sociais da linha de frente no enfrentamento à pandemia e seus desdobramentos.

Outro ponto relevante foram as apresentações que demonstraram as sensações do fazer profissional que muitas vezes se mostra solitário. Espaços como o da Mostra oferecem oportunidades de troca, interlocução, conhecimento e formação de rede para a construção coletiva da Psicologia.

Com toda a produção e a troca de informações e apresentações, a Mostra também municia e prepara a categoria para o 11º Congresso Regional da Psicologia (COREP) e para o 11º Congresso Nacional da Psicologia (CNP), uma vez que aconteceu no período dos eventos preparatórios, dando espaço para levar pautas de extrema importância às discussões no âmbito nacional.



Imagens: Arquivo CRP SP. Arte: iStock / Paulo Mota

ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

Dois psicólogos contam suas experiências na linha de frente dos equipamentos de proteção social básica e especial no SUAS



Arte: iStock / Paulo Mota

As consequências da pandemia de covid-19 foram além dos danos à saúde da população, com desdobramentos no campo social e econômico de grande impacto. As desigualdades sociais que sempre foram evidentes no Brasil tiveram agravamento na vida das pessoas, com as consequências múltiplas da pandemia impactando diretamente as populações mais vulneráveis.

O aumento significativo do desemprego, bem como as incertezas do enfrentamento das condições sanitárias levaram famílias e indivíduos à extrema pobreza, situação de rua, aumento de casos de violências, entre muitos outros fatores de violação dos direitos e da vida.

As ações públicas para amparar a população em todas as suas necessidades foram insuficientes para evitar situações extremas, muitas vezes provocadas pelo próprio governo na condução da crise no país.

A Assistência Social como política de Estado e direito dos cidadãos foi determinada como serviço essencial em todo o período.

Foram criados programas como o Auxílio Emergencial, que se configurou como um benefício para

ofertar renda mínima aos cidadãos em situação de vulnerabilidade agravada. Posteriormente, foi efetivada a extinção do Programa Bolsa Família, substituído pelo Programa Auxílio Brasil, que se constitui por três benefícios: um voltado à Primeira Infância; outro à Composição Familiar e por fim, à Superação da Extrema Pobreza.

Entre os impactos para a garantia do novo programa, está o risco de sua sustentabilidade e a suspensão das condicionalidades consolidadas, como a frequência escolar e a vacinação da agenda infantil, fatores que favorecem o empoderamento das famílias e a garantia da proteção das crianças.

Neste e em outros cenários, profissionais da Psicologia que atuam na política de assistência social prestaram serviços contínuos na tentativa de amenizar os efeitos tão devastadores da crise sanitária, alocados nos equipamentos de proteção social em todo o Estado.

Convidamos dois desses profissionais para contar sobre suas rotinas de trabalho, desafios e limites, encontrados neste período, tanto na proteção social básica quanto na especial.

**Alexandre de Brito Ângelo, psicólogo (CRP 06/116089).
Atua na Proteção Social Básica (CRAS São José, Poá):**

“Eu fico muito preocupado com a volta da perspectiva da caridade. O cotidiano do CRAS é oferecer atividades preventivas de várias formas, mas ele acaba sendo muito marcado por um atendimento a demandas imediatas. Com o aumento das desigualdades sociais, da pobreza – causada tanto pela covid quanto pelas ações do governo atual –, aumentaram as demandas imediatas das pessoas, principalmente por renda, por algum benefício social, por provisões temporárias e benefícios eventuais. A pandemia trouxe várias ações governamentais espontaneístas, descoordenadas e às vezes contraditórias, o que gerou muito imprevisto na gestão e, principalmente, nas ações dos próprios trabalhadores do CRAS. A mudança principal foi o uso de tecnologias de informação e comunicação. A unidade onde eu trabalho ficou fechada por um tempo, nas fases mais restritivas. Fizemos uso de página no Facebook, orientando a população, principalmente em relação ao auxílio emergencial, que era um benefício novo à época. Posteriormente, conseguimos um telefone no WhatsApp Business para fazer esse atendimento. Hoje não atendemos mais via Facebook, mas continuamos atendendo via WhatsApp. Usamos o WhatsApp para passar orientações breves e responder a perguntas simples. Atualmente, as pessoas têm muitas dúvidas sobre o Auxílio Brasil. Mas o atendimento de fato, a avaliação familiar, que requer um levantamento mais individualizado, mais particularizado da situação daquela pessoa ou família, este é presencial. A Assistência Social é uma política nova no Brasil; foi implantada em 2005. Estou há sete anos no CRAS; na época em que eu entrei, falava-se na consolidação dos serviços, que estavam em expansão. As pessoas tomavam conhecimento do que eram os atendimentos dos serviços de proteção básicos e especiais. Mas depois de 2016,

o paradigma mudou, começando o desmonte, com o Estado mínimo, corte de recursos, a perseguição de servidores públicos nas três esferas de governo, o cancelamento de muitos programas que eram importantes para a população. Vivemos hoje um contexto de desresponsabilização do Estado perante as desigualdades sociais e diante das demandas da população socialmente vulnerável. Eu acredito que assistência social não se resume à concessão de uma cesta básica, coisa que qualquer pessoa que tem dinheiro pode fazer, qualquer igreja pode fazer. O CRAS é um local de garantia de direitos; então, o fruto deste trabalho é notado pelos usuários. A população tem uma percepção, oriunda desse trabalho anterior de aproximação com a comunidade. A grande maioria sabe que os problemas atuais não são de responsabilidade do CRAS, até porque nós temos uma postura crítica a muitas práticas. Eu fico muito preocupado com a volta da perspectiva da caridade, principalmente neste período pandêmico se encaminhando para o pós-pandêmico. Porque essa postura tira a responsabilidade do Estado, colocando a solução das questões sociais, do trabalho e renda nas mãos da iniciativa privada. Mas não é a iniciativa privada que vai extinguir a pobreza; pois ela está somente a serviço do lucro. É da natureza da iniciativa privada estar em busca do lucro. Nosso trabalho na assistência social está sendo deslegitimizado, como se pudesse ser feito por qualquer um. Trata-se de um grande desrespeito ao nosso trabalho, que é técnico, profissional. A assistência social não é caridade; é um serviço profissional e, como está na Constituição, é um dever do Estado. Se as empresas tivessem condições de lidar com esse problema já teriam feito há muito tempo. Eu vejo com muita preocupação este avanço do assistencialismo, que causa as desigualdades e vai de encontro a uma perspectiva do direito. Acaba sempre indo para o caminho da subalternidade da pessoa que já é oprimida.”

Foto: iStock



**Marcelo Soares Vilhanueva, psicólogo (CRP 06/81425).
Atua na Proteção especial (Centro POP Guarulhos):**

“Os próprios profissionais acabam violando direitos em razão das precariedades. Eu trabalho em um centro de referência para população em situação de rua, o Centro POP de Guarulhos, que é uma unidade de proteção especial de média complexidade. A precariedade dos serviços é algo muito comum no SUAS; então muitas vezes não conseguimos desempenhar adequadamente o trabalho. É frequente os profissionais trabalhem isoladamente com os usuários. Esse é um problema que nós enfrentamos no nosso trabalho, por falta de equipes especializadas que deem conta das demandas da população de rua. E as dificuldades desse segmento são enormes; os abrigos estão sempre lotados, pois há muito menos vagas do que o necessário. E os próprios abrigos acabam violando direitos da pessoa em situação de rua, na medida em que criam regras de convivência e critérios que dificultam o acesso. Outros abrigos têm uma rotatividade muito grande, as chamadas vagas de pernoite, que não deveriam existir. Acredito que as vagas deveriam garantir um tempo até a pessoa se restabelecer, tirar documentos, encontrar trabalho, conseguir de alguma forma sair daquela situação de rua. Isso é uma das situações de violação mais comuns

de encontrar. Por isso, procuramos dialogar com outros serviços, como os abrigos, para evitar mais violação de direitos das pessoas em situação de rua. É um sentimento ambíguo; de um lado, nos sentimos frustrados de ver direitos tão básicos sendo violados; por outro, é estimulante o fato de haver profissionais de nível superior interferindo sobre a rede, sobre a burocracia – muitas vezes é uma questão burocrática que impede o exercício de direitos. É preciso lembrar que pessoas em situação de rua em geral têm baixa escolaridade e, por isto, têm dificuldades para vencer a burocracia enorme do nosso país. Então é louvável que haja profissionais que enfrentam estas violações de direitos, que muitas vezes vêm da própria prefeitura, da própria rede de assistência social. Os próprios profissionais acabam violando direitos em razão das precariedades, ou por conta de compartilharem o senso comum, a tendência da nossa sociedade em normalizar a violação de direitos, achando que a pessoa está na rua porque ela fez alguma coisa: se ela está ali não é por boa coisa; então, tudo bem. E muitos profissionais acabam reproduzindo isso porque, afinal, cobrar a política pública do nosso empregador, do nosso Estado, é difícil; as pessoas têm medo. É mais fácil falar para o usuário que não tem vaga, que ele não cumpriu tal regra e que, portanto, não vai dar para ele ficar mais ali.”





VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19: UM DIREITO DE TODAS/OS

Mobilizações pela imunização de toda a população

A pandemia da covid-19 agravou-se no Brasil durante o primeiro trimestre de 2021 com a segunda onda (variante P1). Movimentos negacionistas, principalmente do Governo Federal, em relação à imunização da população brasileira e a postura de descrédito ao isolamento social, tornaram o cenário ainda mais desolador.

O CRP SP e o Fórum de Entidades Nacionais de Psicologia Brasileira (FENPB) divulgaram manifesto repudiando as decisões do governo federal e do Ministério da Saúde na condução do combate ao coronavírus. “Não podemos aceitar mais decisões pautadas em irresponsabilidade, inverdades, negacionismo, desrespeito à população, descrédito à ciência, falta de planejamento e gerenciamento, incentivo a atitudes contrárias à prevenção da doença, entre outras barbáries”, assinala a nota.

Na ocasião, CRP SP e FENPB solicitaram a inserção, como grupo prioritário, das/os trabalhadoras/es do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que estavam nas frentes de combate direto à covid-19, o que se estendia às/aos psicólogas/os.

Em janeiro, os primeiros imunizantes contra a covid-19 chegaram ao Brasil. Por meio de ofício, o CRP SP solicitou à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo que explanasse sobre as diretrizes para a vacinação de psicólogas/os, tendo em vista a implementação do Plano São Paulo. Também solicitou prioridade às pessoas com deficiência.

Em fevereiro, o Conselho oficiou ao governo do Estado de São Paulo elucidando que a Declaração para Exercício Profissional (CIP), fornecida pelo CRP SP, correspondia à Carteira de Identidade Profissional (CIP) requerida para a vacinação em algumas cidades paulistas.



Em outro manifesto, o CRP SP defendeu uma política de vacinação universal e apontou o subfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como a tentativa de privatizá-lo por decreto presidencial no fim de 2020 e a falta de um programa definido de combate à covid-19.

Vacinação da população presa como prioridade

A psicóloga Adriana Eiko Matsumoto (CRP 06/66765), representante do CRP SP no Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo (COPEN), lembra que o Plano Nacional de Imunização (PNI) inicialmente não previa a priorização de pessoas que estão custodiadas pelo Estado, mas que isto mudou depois da ampla pressão da sociedade civil.

“Houve uma mobilização nacional de entidades, coletivos e movimentos sociais pressionando o Ministério da Saúde para a inclusão de pessoas presas nas prioridades do PNI”, explica. “No COPEN, durante esse período, verificamos quais eram as restrições e os cuidados necessários, sendo que um dos temas centrais foi justamente a vacinação das pessoas privadas de liberdade”, completa.

Adriana explica que as conselheiras sempre solicitaram à coordenadoria do sistema prisional informes a respeito do avanço da vacinação para a

população encarcerada. Por meio de respostas da Secretaria Penitenciária, descobriu-se que muitos entraves estavam nos municípios e, portanto, era fundamental ter um olhar mais territorializado. No início do ano, a situação das/os apenadas/os estava muito difícil. Porém diversos movimentos

sociais atuaram e a Defensoria Pública entrou com uma ação civil pública exigindo que a população carcerária fosse vacinada. “Nós, enquanto integrantes do CRP SP, participamos ativamente dessa mobilização”, afirma.

A psicóloga lembra a polêmica que se instalou quando ainda havia escassez de vacinas. “Havia uma comparação entre o público apenado e as pessoas em liberdade, uma sugestão de que estas últimas teriam mais direitos do que aquele.

Não é possível defender que eventualmente não se possa vacinar as pessoas presas antes da população em liberdade apenas porque não se concorde que a/o apenada/o tenha ‘mais direitos’ do que o ‘cidadão de bem’”, pontua.

Essa concepção acabou se refletindo em ações nas quais se deixava de incluir a população carcerária como munícipe e não se exigiam mais doses da vacina. Isso significou concretamente uma retirada de direitos das pessoas presas, que não eram vacinadas.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA MANTÉM VALOR DA ANUIDADE PARA 2022

**80,9% votam a favor
da manutenção das taxas
praticadas em 2020 e 2021**

Realizada em agosto deste ano, a Assembleia Geral Ordinária On-line do CRP SP definiu a anuidade para 2022 mantendo os mesmos valores praticados em 2020 e 2021. O evento também trouxe importantes discussões sobre os desafios da categoria, especialmente neste segundo ano de pandemia.

Na abertura do encontro, a então presidenta do CRP SP e psicóloga (CRP 06/98368), Beatriz Brambilla, lembrou as centenas de milhares de mortos pela pandemia da covid-19: "Nós somos também sobreviventes enlutadas desse processo, dessa dificuldade que nós vivemos por conta da pandemia. Nos solidarizamos com todas as famílias que viveram esse momento com tantas perdas que tivemos".

Participaram da Assembleia, com direito à voz e ao voto, as/os psicólogas/os com registro ativo e suas obrigações em dia junto ao Conselho e que se inscreveram para o evento. Ao todo, estiverem presentes 155 profissionais.

Amplamente divulgada nos canais do CRP SP e com informes enviados diretamente à categoria, a Assembleia está disponível, com link da transmissão completa, no canal do CRP SP no Youtube.

Eixos de ação e deliberações

Durante a Assembleia, foram apresentadas as ações desempenhadas pelo CRP SP no enfrentamento da pandemia, no qual se organizou em Eixos de atuação.

No primeiro Eixo, sobre Governança, foram realizadas contratações de consultorias especializadas com o objetivo de reestruturar os fluxos operacionais da instituição, para melhoria dos processos internos e do atendimento à categoria e à sociedade. Além disso, houve a ampliação dos contingentes em atendimento e em setores estratégicos do Conselho, como a contratação de Auditoria Externa e modernização da estrutura.

O segundo Eixo voltou-se ao Atendimento à Categoria, apresentando os números do CRP SP em 2020: foram realizadas 8.483 novas inscrições de Pessoa Física

(PF) e 708 novas inscrições de Pessoa Jurídica (PJ), além de 2.268 cancelamentos de PF e PJ e 1.254 reativações. No total, foram feitos mais de 78.671 atendimentos on-line, além de 13.750 orientações por e-mail e telefone e 29.446 pedidos aprovados de cadastro no e-Psi. O Conselho também conduziu 14 Plenárias Éticas e a análise de 62 Editais de Concursos de interesse da Psicologia. O CRP Acolhe, cerimônia de acolhimento de novas/os inscritas/os, teve a participação de 3.664 profissionais.

O terceiro Eixo, que tratou da Comunicação com a sociedade, trouxe a Pesquisa sobre as condições de trabalho das/os psicólogas/os durante a pandemia e a criação da campanha #COVIDNaReal, que contou com a publicação de 35 artigos sobre os efeitos psicossociais da pandemia na vida das/os brasileiras/os, somando mais de 1 milhão de acessos.

O quarto Eixo, específico para discussão da organização da categoria para a situação de Emergência, lançou orientação técnica sobre atuação da Psicologia na Pandemia. Também mobilizou reuniões com gestores de Políticas Públicas, mais de 60 rodas de conversa em todo Estado e 66 lives orientativas, resultando na realização da Mostra de Práticas da Psicologia na Pandemia.

O quinto e último Eixo, focado na Gestão com Autoridades na luta pelos direitos, articulou o Seminário Estadual de Psicologia e Políticas Públicas e a construção do Manual da Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas.

Considerando as complicações financeiras e sanitárias resultantes da pandemia, o CRP SP levou duas opções de valores da anuidade para os votantes: um com o reajuste legal pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor); outro mantendo o valor da anuidade de 2021 para 2022. A proposta de manutenção da anuidade sem reajustes foi aprovada por 80,9% dos votos. Outros 17,3% foram pelo reajuste da anuidade e dois profissionais foram isentos na votação.

Acesse os valores de 2022 em www.crpssp.org/pagina/view/297.



SÉRIE CRP SP ORIENTA TRAZ DIRETRIZES PARA AS PRINCIPAIS DÚVIDAS DAS/OS PSICÓLOGAS/OS

Conteúdos em formato de pôster compilam orientações e referências sobre as temáticas de maior procura pela categoria

A Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRP SP é composta por psicólogas/os conselheiras/os e colaboradoras/es, assessoradas/os por um corpo de psicólogas/os analistas técnicas/os. A COF está em constante contato com a categoria e entidades, de todo o Estado de São Paulo, a fim de orientar e fiscalizar as práticas da profissão para a garantia de uma atuação ética e tecnicamente embasada. De janeiro a dezembro deste ano, a área realizou mais de 15 mil orientações junto às/aos psicólogas/os, por telefone e e-mail.

Como parte do Planejamento Estratégico desta gestão, foi constituída a Comissão de Psicoterapia e Avaliação Psicológica (CPAP) do CRP SP, que se moldou em 4 frentes: Psicoterapia, Avaliação Psicológica, Psicologia do Trânsito e Neuropsicologia, que se voltam a orientações sobre essas áreas historicamente pouco discutidas pelo Conselho.

Ao longo de suas experiências, as comissões acumulam conhecimento sobre as dúvidas que mais acometem as/os psicólogas/os. Agora, compartilham essas questões e os principais direcio-

nais relativos a elas com o relançamento da série CRP SP Orienta, que traz conteúdos orientativos e respaldados por Referências Técnicas, resoluções atualizadas e outros materiais.

CRP SP Orienta teve sua primeira edição publicada em 2015. Neste ano, é lançada com conteúdos dentro das seguintes temáticas: A/o psicóloga/o, a mídia e a ética profissional; Atendimento Domiciliar e em Contextos Diversos; Atendimento Psicológico On-line; Atuação em Consultório Psicológico; Atuação profissional em qualquer área da Psicologia exige inscrição ativa no CRP; Avaliação Psicológica; Como obter a carteira de identidade profissional (CIP) definitiva?; Estágio Supervisionado em Psicologia; Guarda e Envio de Documentos por Computador; Inscrição Secundária; Orientação para empresas que contratam estudantes de Psicologia para atuarem na área organizacional ou nos Recursos Humanos; Produção de Documentos Escritos; Prontuários e Registro Documental dos Serviços de Psicologia; Publicidade Profissional; Quanto tempo deve durar um atendimento psicoló-

Conteúdos inéditos voltam-se às atuações profissionais



gico?; Quebra de Sigilo diante da Violação de Direitos; Responsabilidade Técnica de Empresa Inscrita no CRP e Testes Psicológicos.

Esta segunda edição do CRP SP Orienta traz, também, cinco novos temas voltados a outras áreas de atuação profissional: Atendimento clínico para crianças e adolescentes com pais separados; Neuropsicologia; Psicologia do Trânsito; Psicoterapias e

Uso de redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas. Para fomentar as discussões sobre essas temáticas, foram realizadas, em dezembro, rodas de conversas abertas ao público, contando com a presença de profissionais e especialistas.

A série CRP SP Orienta está disponível, na íntegra, no site do CRP SP e será veiculada nas redes sociais ao longo do próximo ano.



Manual de Psicologia e Direitos Humanos complementa orientações

O Manual de Psicologia e Direitos Humanos, elaborado pela Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas (CDHPP) do CRP SP, soma-se ao CRP SP Orienta compilando discussões e resoluções que norteiam a atuação profissional na defesa de direitos e do compromisso social da Psicologia. Acesse o nos canais do CRP SP.



DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO DOS TERRITÓRIOS NO 11º CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA

Pré-COREPs realizados nas subse-des do CRP SP apreciam as propostas a serem enviadas ao Congresso Regional da Psicologia (COREP)

O 11º Congresso Nacional de Psicologia (CNP) ocorre entre 2 a 5 de junho de 2022, em Brasília, e terá como tema “O Impacto Psicossocial da Pandemia: Desafios e Compromissos para a Psicologia Brasileira Frente às Desigualdades Sociais”.

Para que o evento tenha êxito e contemple a participação da categoria nacionalmente, é necessário que, até lá, ocorram etapas regionais importantes. Entre elas, o Congresso Regional da Psicologia (COREP), os Pré-COREPs e os eventos preparatórios.

Constituindo-se como instâncias máximas de deliberação do Sistema Conselhos de Psicologia, o COREP e o CNP acontecem a cada triênio. Todas as etapas que os antecedem são de suma importância: somente assim pode-se assegurar que as demandas e necessidades de cada região sejam efetivamente contempladas.

Pré-COREPs - etapa atual

Os Pré-COREPs, no Estado de São Paulo, são realizados nas 11 subse-des do CRP SP, que abrangem as regiões de Alto Tietê, Assis, Baixada Santista e Vale do Ribeira, Bauru, Campinas, Grande ABC, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Sorocaba, Vale do Paraíba e Litoral Norte e Região Metropolitana de São Paulo. Nesses eventos, são analisadas, elaboradas e selecionadas as propostas que as/os psicólogas/os presentes consideram prioritárias para serem votadas no COREP.

Propostas organizadas em eixos

Entre julho e setembro de 2021, o CRP SP realizou 58 eventos preparatórios dos quais resultaram propostas construídas coletivamente. Naquela etapa, também foram recebidas propostas individuais envia-



das pelas/os profissionais por meio do site do CNP. Ao todo, foram recebidas 481 propostas que serão analisadas e encaminhadas nos pré-COREPs. Ainda nos pré-COREPs, novas propostas podem ser elaboradas.

De âmbito regional e nacional, as propostas foram organizadas a partir dos seguintes eixos: 1. Organização Democrática e Participativa do Sistema Conselhos no Enfrentamento da Pandemia; 2. Defesa do Estado Democrático e dos Direitos Humanos via Políticas Públicas; 3. O fazer ético e científico da Psicologia no trabalho em saúde mental.

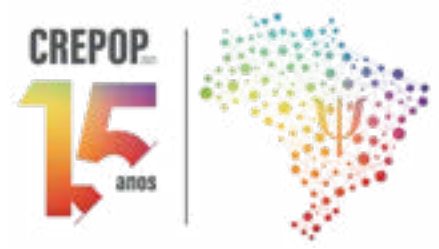
Atendendo ao critério de obtenção de pelo menos 40% dos votos das/os psicólogas/os presentes, as propostas podem ser analisadas e encaminhadas ao 11º COREP. Devem seguir o regramento de envio de até cinco propostas de âmbito nacional por cada eixo, totalizando o máximo de 15 propostas nacionais e até dez propostas de âmbito regional por cada eixo, totalizando até 30 propostas regionais.

Nos pré-COREPs, também são eleitas/os as/os delegadas/os para o Congresso Regional da Psicologia (COREP), seguindo o critério de proporcionalidade de apoio obtido por cada candidata/o, isto é, as/os candidatas/os que na ocasião dos pré-congressos tiverem mais votos, serão eleitas/os delegadas/os. Com as/os delegadas/os definidas/os nas 11 subseções, é formada a delegação que irá votar as propostas no 11º COREP na cidade de São Paulo.

Os pré-COREPs constituem um momento de descentralizar decisões e caminhos. É essencial que as ações e políticas não sejam centradas nas demandas e necessidades da capital. Os municípios de pequeno e médio porte possuem demandas diferentes.

Ações interiorizadas dão voz às/aos psicólogas/os de todo o Estado de modo a oportunizar que o interior se envolva nesse processo democrático, para que haja uma verdadeira mobilização e organização da categoria naqueles territórios.

15 ANOS DO CENTRO DE REFERÊNCIAS TÉCNICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP)



CREPOP é o principal instrumento de gestão do compromisso social da Psicologia e da inserção crescente da categoria nas políticas públicas

O CREPOP é uma iniciativa do Sistema Conselhos de Psicologia (CFP e CRPs), criado em 2006, para orientar e qualificar a atuação profissional de psicólogos/os presentes nas políticas públicas em todo o país.

Sua fundação está intimamente relacionada às discussões sobre o compromisso social da Psicologia e a maior inserção da categoria nas políticas públicas a partir da década de 1990. É um trabalho em rede, integrando conselhos regionais de todo o país.

Histórico do CREPOP

A inserção progressiva de psicólogas/os no campo público, durante as décadas de 1980 e 1990, só foi possível em função da conjuntura do Brasil naquele período. A partir da promulgação da Constituição de 1988, assistiu-se à criação e à expansão de políticas públicas, ampliando o escopo do campo social e, conseqüentemente, a oferta de trabalho para a categoria.

Esse novo campo de trabalho em expansão exigiu da Psicologia uma reinvenção de suas práticas, até então muito centradas na prática da clínica e no trabalho com organizações. Tornou-se urgente, para o Sistema Conselhos, a necessidade de qualificação e orientação para a atuação da/os profissionais nesses espaços.

Nesse cenário, o Conselho Federal de Psicologia desenvolveu algumas iniciativas, como o debate interno com a categoria - com a realização dos Seminários Nacionais de Psicologia e Políticas Públicas - e o diálogo com o Estado.

Em relação a este último, destaca-se a experiência do Banco Social de Serviços cujo objetivo foi apresentar a ministérios e secretarias estaduais as possíveis contribuições da Psicologia e ofertar projetos de intervenção em áreas nas quais não havia psicólogas/os atuando e se observava a necessidade de intervenção urgente.

A ideia do CREPOP aparece durante a realização do Banco Social de Serviços, sendo debatida e definida como deliberação do V Congresso Nacional de Psico-

logia (V CNP), em 2004. No ano seguinte, o relatório da experiência do Banco Social de Serviços apresentou o projeto do CREPOP como sua continuidade.

A criação do Centro foi aprovada pela Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) de dezembro de 2005. O início das atividades ocorreu no ano seguinte, com representação do CREPOP em todos os Conselhos Regionais de Psicologia existentes.

Assim o CREPOP foi criado com o objetivo de identificar as práticas desenvolvidas pelas/os psicólogas/os no interior das políticas públicas que muitas vezes estão desorganizadas e dispersas pelos diferentes territórios.

O CREPOP é um desdobramento do Banco Social de Serviços, como algo mais duradouro e estabelecido.

Atualidade

Hoje, o CREPOP está presente em 23 dos 24 CRPs existentes no país. Além disso, possui também um significativo papel político e técnico. Ao orientar o fazer técnico da/o psicóloga/o, demarca o fazer ético do trabalho da Psicologia, que deve estar alinhado à garantia de direitos e às demandas do povo brasileiro e coloca a Psicologia em favor da transformação social e construção de vidas dignas.

Com a criação do SUS e do SUAS e a consolidação das políticas públicas, houve uma demanda pela reinvenção dessa prática. A partir de então, é uma outra lógica que se impõe.

O ano de 2021 foi marcado pela publicação de 4 Referências Técnicas: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os em medidas socioeducativas; Referências Técnicas para atuação de Psicólogas/os no CRAS/SUAS; Referências Técnicas para Atuação das/os Psicólogas/os no Sistema Prisional; e Referências Técnicas para atuação de psicólogas (os) na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres.

Na próxima edição do Jornal Psi, falaremos a respeito da Metodologia CREPOP.

ESTANTE

Uma teoria feminista da violência

VERGÈS, Françoise – São Paulo: Ubu Editora, 2021.

O livro é uma crítica às posturas carcerárias e punitivistas, inclusive feministas, adotadas na luta contra a violência e o feminicídio. A autora propõe que a proteção às populações em situação de vulnerabilidade – não apenas às mulheres – não pode ser feita com o recurso das forças policiais e da Justiça, uma vez que a violência está na base do patriarcado e do capitalismo.



RACISMO, SUBJETIVIDADE E SAÚDE MENTAL: O pioneirismo negro

DAVID, Emiliano de Camargo; PASSOS, Rachel Gouveia; FAUSTINO, Deivison Mendes; TAVARES, Jeane Saskya Campos (orgs.) – São Paulo: Hucitec editora, 2021.

A obra busca encontrar pontos em comum entre psicanálise, saúde mental e luta antirracista, realçando a importância da presença negra nesse encontro. As iniciativas de Diva Moreira, dona Ivone Lara, Lélia Gonzales, Juliano Moreira, Maria Lúcia da Silva, Neusa Santos, Sônia Barros e Virgínia Bícudo são as principais inspiradoras do livro.

Psicologia Favelada: Ensaios Sobre a Construção de uma Perspectiva Popular em Psicologia

GONÇALVES, Mariana Alves – Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

O livro questiona a objetividade psicológica ao propor a produção de uma Psicologia favelada em lugar de uma Psicologia da favela. Para a autora, certos pressupostos difundidos nas teorias psicológicas se articulam com uma perspectiva elitista e excludente, produzindo em consequência uma elite intelectual e profissional cujas ações precisavam ser observadas.





II PRÊMIO **Jonathas Salathiel** de Psicologia e Relações Raciais

Conheça os trabalhos selecionados para o II Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais.

Resumo do primeiro colocado entre psicólogas/os: o artigo "Ife Hub: Uma tela de Afeto, Aconchego & Partilha de Amor", de Monica Feitosa Santana, aborda o racismo institucional no mercado de trabalho e mostra a necessidade de promover uma metodologia para o desenvolvimento socioemocional e o acesso em um setor segregador, que é o da tecnologia.

Categoria psicólogas/os:

- 1º "Ife Hub: uma tela de afeto, aconchego & partilha de amor", de Monica Feitosa Santana;
- 2º "Saúde mental, memória e direção do tratamento: notas para uma clínica antirracista", de Anderson dos Santos;
- 3º "Psicóloga negra e criança negra: estudo de caso de atendimento psicológico online", de Graziela de Oliveira Souza.

Categoria estudantes:

- 1º "Sofrimentos psicológicos oriundos do racismo: reflexões dentro da Psicologia", de Denise Barrozo de Paula;
- 2º "Esquecimentos discursivos e branquitude ideológica: diálogos entre Discurso, Racismo e Processos de Subjetivação", de Silas Eduardo Lindolfo;
- 3º "O racismo como sofrimento ético-político e a importância de uma psicologia antirracista", de Suellen Cristhina Cintra.

Categoria formadora/es:

- 1º "Psicologia & Africanidades: experiência online de educação para relações étnico-raciais a partir de psicologia afrocentrada", de Simone Gibran Nogueira, Iana Lopes Alvarez, Brenda Fernanda Pereira e Poliana Sales Estevam;

Categoria relato de experiência e criações artísticas:

- 1º "Nosso rosto e atuação se transformou em total poesia", de Debora Nascimento Santos e Elisângela Pereira de Lacerda (em coautoria);
- 2º "A menina que cultivava 'girassóis'", de Eloisa Naiara de Almeida;
- 3º "A cor da resistência", de Elisabete Aparecida de Oliveira Cordeiro.

